



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio			
Título:	Reunião Ordinária N. 35			
Local:	Sala de Reuniões do CNPA. Térreo do Ed. Sede do MAPA, Brasília/DF			
Data da reunião:	09/04/2014	Hora de início:	10:00	Hora de encerramento:

Pauta da Reunião

10:00h - Abertura

10:05h - Aprovação da ata da 34ª Reunião

10:10h Avisos:

- Avisos da Secretaria
- Avisos da Coordenação das Câmaras

10:20h - Tolerância do excesso de peso por eixo

- Lei 12.619 – Andamento do processo legislativo

10:40h - Avanço dos Terminais Portuários do Arco Norte

11:10h - Força tarefa para destravar licenciamentos de Terminais no Arco Norte

11:40h - Avanços da modelagem ferroviária

12:10h - SIGVIG 2.0 Módulo de carga – Análise em trânsito dos documentos de Exportação, com Certificação Eletrônica

12:40h - Intervalo para almoço

14:00h - Escoamento da Safra 2013/14

14:30h - Porto de Santos – Agendamento da recepção de cargas - Porto de Santos – Agendamento da recepção de cargas

15:10h – Exportação – Certificado Fitossanitário – Instrução Normativa nº 29. de 25/07/2013

15:40h - BR-020 – Corredor Logístico Nordeste

16:10h - Assuntos Gerais

17:00h - Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	José Ramos Torres de Melo Filho	CNA	PR	
2	Luiz Antônio Fayet	CNA	PR	
3	CARLOS ALBERTO NUNES BATISTA		PR	
4	OSCAR AFONSO DA SILVA JUNIOR		PR	
5	LEANDRO PIRES BEZERRA DE LIMA	CGAC/SE/MAPA	PR	
6	SAMARONE FORTUNATO MARINS ARITA	CGAC/SE/MAPA	PR	
7	Daniel Furlan Amaral	ABIOVE	PR	
8	LUIZ ALFREDO CHIOQUETTA	ACEBRA	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

9	Roberto Carsalade Queiroga	ACEBRA	PR	
10	José Raimundo dos Santos	AIBA	PR	
11	David Roquette Filho	ANDA	PR	
12	Luis Henrique Teixeira Baldez	ANUT	PR	
13	Edeon Vaz Ferreira	APROSOJA	PR	
14	Heidi Emilia S. Sasse	ATR BRASIL	PR	
15	Carlos Augusto de Lima Carvalho	BB	PR	
16	José Lourenço Pechtoll	CEAGESP	PR	
17	José Ribamar Miranda Dias	CNI	PR	
18	Jefferson Rodrigues Bayer	CODESA	PR	
19	Enildo Moreira Ferreira	CODESA	PR	
20	Carlos Eduardo Cruz Tavares	CONAB	PR	
21	DENISE DECKERS DO AMARAL	EPL	PR	
22	Carlos Alberto Pereira de Albuquerque	IBRAF	PR	
23	RITA DE CASSIA MILAGRES TEIXEIRA VIEIRA	MDIC	PR	
24	Fabiano Chaves da Silva	MPOG	PR	
25	Paulo Carneiro Junqueira	OCB	PR	
26	Vagner José Costa	SEP/PR	PR	
27	Antonio Melo Alvarenga Neto	SNA	PR	
28	Roberto Galli	SYNDARMA	PR	
29	João Tomelin	UBABEF	PR	
30	Karolina	ACEBRA	CO	
31	Dax Andrade	ANTAQ	CO	
32	Rogério Cunha	ATR BRASIL	CO	
33	Sidinei	DNIT	CO	
34	Débora Cruz	DSV/MAPA	CO	
35	Marcelo Neri	FENAMAR	CO	
36	Ronaldo Galvani	GALVANI	CO	
37	Conceição	SDA/MAPA	CO	
38	Edilene Cambraia	SDA/MAPA	CO	
39	Andrea Parrilla	SDC/MAPA	CO	
40	Carlos Sehn	SINDITABACO	CO	
41	Luis Resano	SYNDARMA	CO	
42	Fábio Penido	TCU	CO	
43	Roseno Lopes	TCU	CO	
44	Bento José de Lima	VALEC	CO	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
---------------------------	-----

Desenvolvimento

1 – Abertura

Às dez horas do dia 09 de abril de 2014, na sala do CNPA, Edifício Sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em Brasília/DF, foi aberta a trigésima quinta Reunião Ordinária da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio (CTLOG) pelo seu presidente, Sr. José Ramos Torres de Melo, que saudou a todos e agradeceu a presença.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

2 - Aprovação da ata da 34ª Reunião

Ata foi aprovada por unanimidade pelo Plenário.

3 - Avisos:

O Sr. Carlos Alberto, Secretário da Câmara solicitou que as sugestões de itens para a pauta sejam enviadas o mais antecipadamente possível, já que o documento deve ser consolidado e previamente aprovado pela presidência do colegiado.

4 - Tolerância do excesso de peso por eixo

- Lei 12.619 – Andamento do processo legislativo

O Deputado Federal Oziel Alves saudou os membros da Câmara e falou sobre a versão final do relatório sob sua responsabilidade, que deverá ser votado ainda no mês de maio. De acordo com o Parlamentar, o Projeto de Lei (PL 5943/2013), apensado ao PL 4.246/2012, trata, em seu art. 15º, sobre a alteração do art. 1º da Lei nº 7.408/85, que, uma vez aprovado, considerará, na pesagem de veículos de carga, somente o peso bruto total, ficando estabelecida uma tolerância máxima sobre os limites do peso bruto total, aplicáveis aos veículos que circulam em vias públicas pavimentadas. De acordo com ele, é viável a implementação da legislação e pediu que os membros da CTLOG ajudassem na mobilização dos parlamentares de suas bases. Após a votação em regime de urgência na Câmara dos Deputados, o PL será encaminhado ao Senado. Em seguida, ele se colocou a disposição para que se possa avançar no tema. Segundo, o representante da ACEBRA, Sr. Roberto Queiroga, falou dos esforços empreendidos pela CTLOG para sensibilizar várias áreas de governo em razão da sanção da Lei dos Motoristas. “Fizemos uma agenda para discutirmos este tema dentro do Congresso Nacional e, quando foi formada a Comissão Especial que tratou sobre a reformulação da Lei 12.619, nos juntamos em um esforço legislativo com vários deputados para formular algumas contribuições e assim, aperfeiçoar o texto. Houve uma grande evolução”, garantiu. Como o Deputado Federal Diego Andrade (PSD/MG) já estava relatando um projeto de igual natureza (PL 4.246/12), o PL da CEMOTOR (PL 5.943/13), relatado pelo Deputado Valdir Colatto (PMDB/SC), passou a fazer parte deste. “A partir daí houve um grande avanço. Se não conseguirmos 100% de tudo o que víhamos debatendo, acredito que pelo menos 90% serão alcançados”, afirmou Queiroga. O Deputado Diego Andrade, presente na reunião, afirmou que o relatório ainda necessita de alguns ajustes tendo em vista que outros segmentos, como o transporte urbano, não estavam sendo contemplados: “estou tentando construir este novo relatório em conjunto com outros deputados envolvidos com a questão”, disse. De acordo com o Sr. Roberto Queiroga, outra questão que foi incluída nesse PL foi a do peso por eixo. “Inicialmente era pra não ser considerada a multa, mas não houve acordo com o governo. Realmente seria muito polêmico, pois o mundo inteiro cobra. Mas conseguimos incorporar o aumento da tolerância dentro do texto”, asseverou. O Deputado Diego Andrade afirmou que esta questão está bem colocada no artigo 15 do PL 4.246/12. “Colocamos a tolerância de 10% do peso por eixo no relatório. Sabemos da luta para manter em 7,5%, mas acreditamos na possibilidade de ser mais. Acho que já dá uma boa aliviada.” O que está sendo esperado para os próximos dias é a votação do Requerimento n.º 8.339/13, do Deputado Jovair Arantes (PTB/GO), para que o PL 5.943/2013 da CEMOTOR seja votado em regime de urgência .

5 - Avanços da modelagem ferroviária

O Sr. Luis Baldez, representante da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (ANUT), falou sobre um plano de revitalização, mas que ainda não avançou fisicamente muito. Atualmente, há a possibilidade de lançar novo edital, mas, em caso de o traçado ser alterado, poderão ser feitos novos estudos e licenciamentos, gerando o risco de não se realizar, em 2014, licitação de trecho ferroviário.

Depois, o Sr. Baldez afirmou informou que existe uma idéia de que os estudos de viabilidade sejam transferidos para o setor privado, o que demandaria mais tempo, além de 2014, devido aos estudos que deverão ser feitos. Com isso, ele sugere que seja instituído, em 2014, pelo menos a base regulatória do processo. Depois, ele falou sobre a importância de que as regras de vendas de capacidade. Segundo o Sr. Baldez, a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A compra e vende no mercado. Por isso, seria importante o mercado conhecer como serão as regras, para que se saber sobre a possibilidade de o operador comprar sem explorar a atividade, ou se poderá vender a capacidade não explorada. Com isso, o investidor terá mais segurança.

Em seguida, o Sr. Baldez informou aos membros sobre audiência pública, da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT). Ainda de Acordo com o Sr. Baldez, há um temor no mercado de que os investimentos não cumpram a necessidade de implantar trecho, ou seja, de o investidor não receber pelos



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

investimentos realizados. De acordo com ele, o investidor tem direito ao ressarcimento do investimento, além de uma remuneração durante trinta anos. Infelizmente, de acordo com o Sr. Baldez, as concessões não avançaram conforme o esperado em 2014, mas, com as questões regulatórias estando definidas neste ano, espera-se que, em 2015, se inicie o processo de concessão. Então, o Sr. José Ribamar, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), concordando com o Sr. Baldez, acrescentou que é necessário identificar os defeitos e os respectivos remédios. De acordo com ele, a VALEC irá comprar capacidade de frete, vendê-la para um intermediário e este para um cliente, correndo o risco de se obter, por fim, uma via férrea que não atenda a esperada economicidade no frete.

Em seguida, o Sr. Baldez informou que até 2010, não havia uma regulação sobre os direitos dos usuários de ferrovias (enquanto a concessionária tinha o contrato, o usuário não tinha como suportar uma posição de frete). Ele aproveitou para defender a edição de uma espécie de Código de Defesa dos Usuários dos Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas. Depois, ele informou que existe uma resolução editada em 2011, que define o direito dos usuários. Essas normas infrelegais permitiram aos usuários se posicionarem frente aos concessionários, que agora sabem o que é proibido ou permitido. Em seguida informou que o investidor pode propor projeto de aumento de capacidade na via. Continuando falou sobre outra resolução que trata sobre processo de reequilíbrio econômico financeiro e tetos tarifários, que está sendo revisada pela ANTT.

Depois, o Sr. Bento José de Lima, Diretor de Operações da VALEC falou sobre concessões. Sobre projetos lançados em 2012, mencionou que o projeto do trecho FICO – Ferrovia de Integração Centro-Oeste que na primeira etapa inicia em Lucas do Rio Verde (MT) está em condições de ser licitado. De acordo com ele, o trecho de ferrovia que parte de Palmas (TO) a Anápolis (GO) está pronto para entrega; de Anápolis a Panorama (GO) tem previsão de entrega em meados de 2015. A Ferrovia Norte-Sul terá a função de interligar os corredores de exportação, sendo também distribuidor, para quebrar monopólios no setor. Com esse importante eixo a região Centro-Oeste terá mais opções de escoamento da produção, podendo escolher o operador ferroviário e também o porto de destinação das cargas. Ainda de acordo com o Sr. Bento José de Lima o sistema permitirá maior integração dos modais, permitindo a criação de novos padrões de serviços, dos quais os agricultores são os principais clientes. Há uma tentativa de se trazer para o País a experiência vivenciada pela Alemanha, onde o processo mais se desenvolveu. Além disso, haverá competitividade entre os próprios operadores ferroviários, gerando, por consequência, redução de preços. Em seguida informou que os riscos de engenharia e econômicos impediram que as licitações acontecessem. Além disso, os projetos também estão sendo refinados com intuito de atrair investidores para as concessões. O Sr. Baldez propôs que um convite seja enviado à VALEC, para que um representante da Empresa faça uma exposição detalhada sobre o andamento dos estudos, mostrando o cenário atual e perspectivas do setor ferroviário no país.

Depois o Sr. Daniel Furlan Amaral, representante da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), demonstrou preocupação quanto ao ato de concentração (fusão) entre a ALL e a Cosan/Rumo Logística, pois tal ato pode gerar conflitos de interesses e prejudicar o escoamento da safra de grãos, especialmente soja e milho, já que a Cosan/Rumo Logística pode usar a ferrovia para benefício próprio, ou seja, transporte de açúcar em detrimento das demais cargas. Em seguida, ele defendeu a importância de o MAPA acompanhar o assunto de perto. O Sr. Carlos Eduardo, da CONAB informou que 10% das operações de transferência de cereais para o nordeste são feitas por meio de cabotagem. Aproveitou para mencionar um estudo feito pela Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL) para integrar, por meio do sistema ferroviário, o Norte ao Sul e o Leste ao Oeste do País. De acordo com ele, é preciso dar mais importância ao setor ferroviário ainda com capacidade ociosa. Por meio da ferrovia Norte-Sul haverá a possibilidade de escoamento da produção até o Nordeste. Sugeriu a CTLOG uma discussão sobre o sistema ferroviário incluindo os aspectos para saber qual o modelo desejado pelo setor e qual o formato de concessão é satisfatório, inclusive para a Norte-Sul. Ainda de acordo com ele, o concessionário não dispõe de recursos para melhorar as ferrovias, o que gera a necessidade de haver um suporte para melhorá-las. O Presidente da CTLOG falou sobre a importância de se destinar, na próxima reunião, tempo suficiente para que seja debatido o assunto sobre ferrovias e pediu ao Sr. Baldez e ao Diretor da VALEC que acertem o tempo necessário para tratar sobre o tema, sendo importante estudar como está o andamento da aplicação das resoluções. O Sr. José Ribamar falou que a decisão do modelo é crucial, além do aspecto referente à atratividade do investimento. Por fim, foi aprovada pelo Plenário a realização de uma Reunião Extraordinária



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

no dia 07 de maio, com o objetivo de tratar especificamente sobre o sistema ferroviário. O Presidente pediu aos presentes que enviem sugestões para a pauta.

6 - SIGVIG 2.0 Módulo de carga – Análise em trânsito dos documentos de Exportação, com Certificação Eletrônica

A Sra. Conceição, da SDA/MAPA, informou que o SIGVIG encontra-se implantado nas principais unidades do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO). Discorreu sobre o novo módulo que permite ao MAPA receber documentos digitalizados, eliminando a necessidade de documentos impressos. De acordo com ela, é necessária a aquisição de biblioteca digital, que permite a incorporação de certificação digital. Informou que o processo do novo Sistema já retornou do setor de compras, faltando apenas anexar a programação orçamentária. O Sr. João Tomelin representante da União Brasileira de Avicultura (UBABEF/ABIPECS), falou que a demanda pelo sistema é antiga. Faltava o software para fazer a digitalização do processo. Disse que se houver maior velocidade na emissão de documentos, o processo poderá ser simplificado o que permitirá diminuir o tempo da tramitação na saída da carga. Em seguida, defendeu a importância de se agilizar o processo de compra da biblioteca. Então, o Presidente da CTLOG reforçou que a medida beneficiaria todo o setor exportador. Depois, a Sra. Edilene Cambraia, representante da SDA/MAPA, informou que na primeira fase, o SIGVIG 2.0 ainda não integra o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), que ainda não permitiu a integração do Sistema do MAPA. Informou que o Governo Federal está trabalhando em um projeto cujo objetivo é criar um portal único, capaz de interligar os sistemas de governo.

7 – Escoamento da Safra 2013/14 Estimativa da soja

O Sr. Fayet iniciou sua fala tratando da produção de soja, apresentou dados sobre estimativas da produção de milho e de soja, evidenciando que o Brasil, Estados Unidos e Argentina concentram 85% do volume de exportação da soja no mercado internacional. Em sua análise o Brasil será cada vez mais o grande fornecedor mundial, o que amplia a concentração e o um grau de responsabilidade com o mercado. Ainda segundo o Sr. Fayet, há uma limitação de terras agricultáveis no mundo, inclusive na China, que sofre com restrições territoriais e tem um formidável plano de expansão das plantas de suinocultura e avicultura, o que fará com esse País demande muito milho. Em seguida reforçou a importância de novos portos no denominado Arco Norte, o que permitirá aliviar a pressão sobre os terminais do Sudeste do Brasil, regiões para as quais foram transferidas mais de 68 milhões de toneladas de milho e soja, para exportação em 2013. Defendeu a idéia de que a oferta de um transporte competitivo permitirá a ampliação dos negócios com o mercado asiático. Depois falou que para os Portos do Arco Norte, estima-se uma capacidade de exportação, da ordem de 64 milhões de toneladas, em 2020. Depois, ele falou sobre o sistema Belém, e o Corredor de São Luiz, cujas expansões representam mais um avanço. Também discorreu sobre a Hidrovia Madeira e os Portos de Santarém, Itacoatiara e Santana. Sobre o terminal de Miritituba, informou que apesar de algumas dificuldades, nos trâmites do licenciamento ambiental, já foi está implantada e em funcionamento o terminal da BUNGE, estando outros em fase de instalação. Em seguida, o Sr. Presidente reforçou a importância da interligação das hidrovias com os terminais portuários da região Norte, para atender a nova realidade logística em desenvolvimento. Depois, o Sr. Resano, representando o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (SYNDARMA), falou sobre as expectativas com o Arco Norte e ressaltou a necessidade de cautela com iniciativas que possam prejudicar os projetos em andamento. De acordo com ele, o porto de águas profundas no Uruguai pode prejudicar a logística brasileira e ainda disse que o *hub port* naquele país tende a acabar com a cabotagem no Brasil. Continuando sugeriu encaminhamento ao titular do MAPA de manifestação formal contrária a construção desse terminal com recursos nacionais. O Sr. José Ribamar, representante da CNI, apoiou a manifestação e defendeu o raciocínio de que realmente o Porto Uruguai poderá causar danos econômicos aos portos brasileiros das regiões Sul e Sudeste. Então o Sr. Fayet solicitou que os membros peçam as autoridades informações sobre as características técnicas do Porto Uruguai, cujo objeto ainda não é muito conhecido. O Sr. Baldez, apoiou a propositura do Sr. Resano e defendeu a necessidade de se ter conhecimento de como o Porto será implantado, se serão destinados recursos brasileiros, quais as características dentre outras informações. Além disso, ele sugeriu solicitação de apoio ao Congresso Nacional para obter informações sobre as estratégias do governo sobre o projeto do Porto Uruguai. O Presidente da CTLOG lembrou que a Câmara ainda não tem elementos suficientes para fazer um pedido ao Ministro do MAPA. Em seguida informou que a CNA está estudando o problema e defendeu o mérito do crescimento pelo qual está passando o Porto do



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Rio Grande, no Rio Grande do Sul (RS). A CNA esta estudando o problema. O Uruguai tem direito de fazer um porto. Porto do Rio Grande esta crescendo e não se pode tirar dele a oportunidade de se tornar um importante concentrador de cargas com destino ou origem aos países do hemisfério Sul. O Deputado Federal Oziel Alves, falou sobre a importância de maior investimento em infra-estrutura, já que o produtor brasileiro tem dificuldades de escoamento da produção devido ao aumento da produção. Depois o Presidente da CTLOG, falando sobre operações nas hidrovias, informou que na Bacia Tietê-Paraná é praxe que as concessionárias de energia sejam também as operadoras das eclusas lembrou que recentemente, venceu o contrato da concessionária que explorava a hidrelétrica Três Irmãos. Ele disse que, no edital da licitação, não continha um termo obrigando a nova concessionária vencedora de operar a eclusa, o que é inadmissível, contrariando a prática usual. Em seguida, o Sr. José Ribamar lembrou que não é proibido à concessionária de energia elétrica executar a operação de eclusas.

8 - Porto de Santos – Agendamento da recepção de cargas

O Sr. Wagner José Costa, representante da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República informou que no porto de Santos o sistema de agendamento de recepções de cargas (Sistema de Gerenciamento de Tráfego de Caminhões – SGTC) foi um instrumento criado para ordenar os fluxos e solucionar gargalos e até coibir práticas ilícitas. O Sistema, que evoluiu desde a sua implantação no exercício em curso, tem sido aperfeiçoado e em 2015 deverá ser implantado o novo sistema de gestão de tráfego, mais adequado ao movimento do porto de Santos.

O Sr. Fayet lembrou que em 2004 foi iniciado um trabalho sobre escoamento de safra que resultou em um modelo simples e que inspirou o que está atualmente implantado. Com a liderança da SEP/PR, entrou-se em um novo padrão tecnológico. Em seguida informou que mesmo com o aumento significativo de exportações, foram verificados menores volumes no Porto. Entretanto ele se mostrou preocupado com o descompasso entre a demanda prevista para 2015 e a oferta da capacidade, que sem ampliação provocará o colapso anunciado. Ele ainda lembrou que, no Porto de Paranaguá, o agendamento eletrônico permitiu aumentar a produtividade. Em seguida propôs que as multas aplicadas nos casos de infração pelo descumprimento do sistema de agendamento sejam convertidas em advertências.

Por sua vez, o Sr. Rogério Cunha, representante da Associação do Transporte Rodoviário do Brasil (ATR BRASIL) falou que o sistema de agendamento ainda não foi capaz de eliminar os atrasos e problemas com local de descarga. De acordo com ele, o agendamento, se feito em um único local, poderia resolver muitos desses problemas. O Sr. Daniel Furlan Amaral, representante da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), reforçou que o sistema precisa de ajustes, já que ele tem vários problemas como, por exemplo, barreira à inserção de nº de CPF do produtor rural, falta de leitor de OCR nos pátios reguladores, impossibilidade de comunicação via webservice etc. Solicitou ainda que as multas emitidas pela ANTAQ sejam convertidas em advertências, já que tiveram como causa problemas do próprio sistema da CODESP e que as embarcadoras já fizeram suas defesas administrativas. Elogiou o diálogo com a CODESP e sugeriu a participação da ABIOVE no desenvolvimento do SGTC, fazendo as alterações necessárias para melhor operação das empresas, e na homologação do sistema que o substituirá a partir de 2015.

9 – Exportação – Certificado Fitossanitário – Instrução Normativa nº 29. de 25/07/2013

O Sr. Fayet relatou sobre expediente emitido pela Associação do Comércio Exterior do Brasil (AEB) com ponderações a respeito da Instrução Normativa nº 29/2013, que dispõe sobre a emissão de Certificado Fitossanitário (CF), sendo que o exportador deve apresentar a documentação do País de destino, com tradução juramentada, para provar a necessidade de emissão do CF. De acordo com ele, é difícil atender essa exigência repetidamente, além do custo financeiro que isso impõe aos interessados. Não se pode perder de vista a necessidade que o país tem de precisar ampliar as exportações com redução de custos e desoneração dos procedimentos.

Em seguida, o Sr. Carlos Sehn, representante do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO), agradeceu o convite e disse que o setor tem passado por vários problemas desde o ano passado, mesmo com os esforços para atendimento dessa demanda. Em seguida, falou sobre o mercado mundial de tabaco mencionando que o Brasil é o segundo maior produtor e exporta para mais de 100 países. Falou sobre a emissão do CF regulamentado pela IN/MAPA nº 29/2013 e das exigências de tradução juramentada dos Requisitos Fitossanitários, do país destinatário da exportação. Citou exemplos das dificuldades dos exportadores, como a obtenção dos requisitos fitossanitários, legislações confusas e



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

alto custo das traduções juramentadas. Em seguida, abordou sobre as características das exportações do tabaco, informando que aproximadamente 4.500 CFs foram requeridos em 2013 e que alguns países os dispensam. Falou que há dificuldades de encontrar tradutores juramentados para alguns idiomas e que uma consulta formal sobre os requisitos fitossanitários foi feita aos importadores, com baixo índice de atendimento. Por fim, o Sr. Carlos Sehn afirmou que as exigências da IN, além de aumentar a burocracia, geram altos custos e atrasos no envio de documentos e no embarque de produtos, fatores que poderão afetar a imagem do exportador brasileiro.

Diante das informações apresentadas, a Sra. Débora Cruz, representante do DSV/SDA, a convite da câmara, informou que o documento fitossanitário respalda o produto vegetal, garantindo que aquele produto não apresenta riscos fitossanitários e cumpre com as exigências estabelecidas pelo país importador. Mencionou que há exportações em que o CF não é exigido pelo país importador e que o certificado não tem caráter comercial. Mencionou sobre a Norma Internacional de Medida Fitossanitária (NIMF nº 12 da FAO), que trata sobre diretrizes para emissão do CF e fundamentou a Instrução Normativa nº 29/2013. O Brasil é signatário da Convenção Internacional de Proteção de Vegetais. Com respeito à tradução juramentada informou tratar- se de exigência da Consultoria Jurídica do MAPA. Entretanto disse que, quando um exportador apresenta a tradução uma vez, entra para uma lista, que é divulgada para os pontos de ingresso de mercadorias.

O Sr. Carlos Sehn, representante do SINDITABACO, disse que há pontos que, em um primeiro momento, poderiam ser flexibilizados.

Continuando a Sra. Débora Cruz, informou que qualquer alteração na legislação sobre comércio exterior deve ser comunicada a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na seqüência a Sra. Edilene Cambraia, também do VIGIAGRO/SDA, ressaltou que o CF apesar de não garantir ingresso do produto no País importador, possibilita atestar as condições fitossanitárias e evitar problemas de relações comerciais, além de permitir a abertura de novos mercados. De acordo com ela, as exigências exageradas podem ser contestadas por meio de mecanismos internacionais.

Por sua vez, o Sr. Fayet observou que nem todas as normas da FAO são homologadas por todos os países. Então pediu à CTLOG que apresente um apelo ao Ministro do MAPA no sentido de revogar a exigência de tradução juramentada e, se possível, fazer com que requisitantes especifiquem as exigências particulares feitas pelos países importadores. Em seguida, sugeriu que a CTLOG endosse a proposta apresentada pela AEB, proposta que foi aprovada pelo plenário.

O Sr. Luciano Carvalho, representante da Secretaria Executiva do MAPA, relatou que atualmente órgão realiza força tarefa para dar apoio ao escoamento da safra e que as exigências estabelecidas em normas têm como base leis e decretos vigentes.

Então, por fim, o Sr. Edeon Vaz, representante da APROSOJA, complementando a proposta anteriormente apresentada pelo Sr. Fayet da CNA, sugeriu ao colegiado manifestar ao ministro preocupação em relação à Instrução Normativa nº 29/2013, que pode estar criando mais um entrave às operações de exportação, principalmente em relação à exigência de tradutor juramentado. O Plenário aprovou a proposta por unanimidade.

10 - BR-020 – Corredor Logístico Nordeste.

Ronaldo[UdW2] falou sobre o empreendimento para viabilizar indústria de fertilizantes. Apresentou a empresa identificando as regiões de atuação, destacando complexos e unidades de produção. Falou sobre o projeto na região Nordeste (Santa Quitéria, cujo objetivo é beneficiar o minério de fosfato associado a urânio[UdW3]) e em Minas Gerais (Serra do Salitre, com o intuito de extrair e beneficiar minério de fosfato para produção de fertilizantes fosfatados). Mostrou o traçado atual e o futuro, que deverá incluir a BR- 020, o que irá permitir maior competitividade no comércio exterior.

O Sr. Sidnei, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), informou que todas que as obras que não estão no âmbito do PAC precisam de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA). De acordo com ele, a BR-020 inicia no DF e termina em Fortaleza-CE. O EVTEA da travessia de Formosa (GO) já está praticamente concluído. Outro EVTEA que abrange a divisa do DF até Barreiras (BA) está em execução. Além disso, está sendo tratado a implantação de um possível Anel Rodoviário na cidade de Barreiras. No Ceará, ele informou sobre o Contorno de Fortaleza (CE). Quanto à BR-030, informou sobre a existência do trecho de Cocos até a BR-135, em que o Estudo de Viabilidade está pronto e o projeto de engenharia está em andamento. O projeto referente ao trecho de Campinho ainda carece de estudos.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Depois, ele falou sobre o Plano de Avaliação Socioeconômica (PAS), desenvolvido pela Coordenação-Geral de Planejamento e Programação de Investimentos do DNIT, cujos critérios de inclusão são, dentre outros, trechos rodoviários com Volume Médio Diário (VMD) de no mínimo 5.000 veículos/dia. Continuado informou que há uma intenção de, na BR- 030, no trecho de Minas Gerais, promover uma alteração no traçado, de modo a coincidir com a BR-020. Essa possibilidade irá ser estudada. Em seguida, o Deputado Oziel Alves falou que irá fazer uma demanda à Casa Civil/PR para que a BR-020 seja incluída no PAC 3. Depois, agradeceu pelas informações dadas pelo Representante do DNIT. e defendeu a importância de se trabalhar nos trechos das BRs-020 a 030 e a BR-430, as quais ligam pontos de produção. Então, o Sr. Presidente sugeriu um encaminhamento ao Ministro do MAPA, solicitando o apoio aos pleitos citados referentes a rodovias, proposta aprovada pelo Plenário.

Depois, o Sr. Edeon Vaz citou os pilares da gestão do Ministro do MAPA e sugeriu uma moção direcionada a este, solicitando apoio à pavimentação e inclusão no PAC 3, o que ajudará o escoamento no escoamento da produção da região produtora do Piauí e Bahia. A proposta foi aprovada pelo Plenário.

Em seguida, o Sr. Carlos Eduardo falou sobre o projeto de regionalização, que servirá para mitigar os problemas decorrentes de deficiências logísticas, aproximando a produção ao consumo, permitindo redução dos custos.

11 - Assuntos Gerais

O Sr. Edeon Vaz falou sobre a Frente Parlamentar Agropecuária - FPA, que possui seis comissões de assessoramento, sendo uma delas a de Infraestrutura e Logística, da qual é o Coordenador. De acordo com o Sr. Edeon, muitos assuntos discutidos na CTLOG ficam pendentes de um encaminhamento junto aos parlamentares, o que reforça a importância de uma estreita parceria com a FPA, que acompanha diversos assuntos relacionados a agricultura, no âmbito do poder Legislativo. Depois, ele informou que a Comissão de Infraestrutura da Câmara dos Deputados está sendo estruturada e receberá assessoria da Comissão de Assessoramento da FPA.

O Sr. Fayet falou sobre a licitação, promovida pelo Ministério de Minas e Energia, para uma usina hidrelétrica na Hidrovia do Paraná- Tietê. De acordo com ele, essa licitação não englobou a gestão das eclusas de Pereira Barreto. Então o TCU analisou a situação e se posicionou no sentido de que a gestão do empreendimento hidrelétrico e da eclusa não sejam separadas no processo de licitação. Sendo assim, o Sr. Fayet propôs que seja encaminhado um apelo ao Ministro do MAPA, para que ele intervenha no sentido de que haja a licitação conjunta. Isso é fundamental para a logística da região central do País.

12 - Encerramento

Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente da Câmara agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião as dezesseis horas e cinqüenta minutos.

Preposições

Item	Item da reunião

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista

Dados da próxima reunião

Local:	
Data da reunião:	Hora de início:
Pauta da Reunião	

Anexos



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Arquivo	Descrição
---------	-----------